

Acordos de Cooperação Internacional da Uneb: diagnóstico, desenvolvimento científico e desafios estratégicos

Augusto Cesar Rios Leiro

Doutor em Educação, Ufba

cesarleirocbce@gmail.com – UNEB /UFBA

Aline Oliveira Silva Rosário

Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação, Uneb

alineosilva@hotmail.com – UNEB/Unijorge

SALVADOR

2016

RESUMO

A cooperação acadêmica internacional possibilita relações de intercâmbio e trocas substantivas de experiências entre cursos, universidades e países. Trata-se de um diálogo capaz de desenvolver a produção e a socialização do conhecimento entre sujeitos e instituições. O presente estudo buscou diagnosticar o quadro protocolar de Acordos de Cooperação Internacional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e refletir criticamente acerca do relevo científico e tecnológico da consolidação da maior universidade da Bahia. Reconheceu o conjunto dos acordos registrados no governo eletrônico da UNEB e analisou sua efetividade e impacto na pesquisa, como tarefas investigativas importantes. O recorte em tela apresenta um panorama geral da legislação em vigor, estuda o processo de desenvolvimento dos acordos conveniados, toma os cursos de pós-graduação como campo empírico e discute suas implicações na política de internacionalização como critério de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa e do tipo exploratória, lançou mão de documentos oficiais e relatórios institucionais para o levantamento das informações, cuja análise levou à indicação de desafios estratégicos.

Palavras-chave: Internacionalização. Pós-Graduação. Cooperação Acadêmica.

1. INTRODUÇÃO

Muitas são as modalidades de acordos de cooperação internacional previstas na legislação e distintas são as possibilidades teóricas discutidas na literatura especializada. A partir de tais trilhas, construímos um caminho interessado em afirmar a internacionalização da pesquisa em educação, na ambiência da pós-graduação, como parte significativa da formação docente, da mobilidade estudantil e das trocas substantivas de experiências entre cursos, universidades e países.

No estudo em tela, apresentamos um breve panorama acerca do ordenamento legal desses acordos, sublinhamos aproximações teóricas acerca da internacionalização e observamos suas implicações à pós-graduação. Em seguida, caracterizamos a UNEB como universidade multicampi, situamos seus programas de pós-graduação e realizamos a primeira avaliação dos acordos em vigor na UNEB, tendo em vista a efetividade dos seus intercâmbios protocolares. Por fim, indicamos desafios estratégicos para garantir a internacionalização como dimensão acadêmica de relevo institucional.

2. PANORAMA LEGISLATIVO

Pensar a internacionalização do conhecimento requer reconhecer seus limites institucionais, órgãos gestores e as margens legais. São decretos-lei, pareceres e normas que marcam o panorama legislativo sobre o tema. Todas as normas e procedimentos estão enquadrados no Artigo 4º, cláusula pétrea, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Alguns documentos oficiais podem ser acessados no sítio do Serviço Federal

de Processamento de Dados (SERPRO),¹ a exemplo do manual de procedimentos da prática diplomática brasileira, que conceitua os atos e define suas tipologias. Sendo assim, importa considerar a legislação nacional sobre a pós-graduação *stricto sensu* para estudos sobre a internacionalização, bem como seus demais ordenamentos legais, visando à compreensão dos acordos de cooperação internacional e as implicações desses acordos no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

Em meados de 1960, com o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, relatado por Newton Sucupira, surgem importantes medidas reguladoras, sendo definidas as normas e os procedimentos para a implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil, seguidas de outras iniciativas de ordenamento legal.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, através da Lei do Magistério Superior, Lei nº 4.881-A de 06/12/65, o Governo Federal criou uma legislação específica para a formação de docentes de nível superior, demonstrando a emergente necessidade de estruturação da pós-graduação. Nesse momento, buscou-se elevar o padrão de competência científica e técnico-profissional de pesquisadores em atuação no âmbito da pós-graduação. Diante desse cenário, a cooperação com instituições estrangeiras foi necessária, tendo em vista a qualificação desses profissionais. Neste contexto histórico, é importante destacar a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na década de 1950, com o intuito de assegurar o desenvolvimento da pós-graduação em nosso país. Esse órgão é responsável pela formulação de políticas para a pós-graduação, além de avaliar os cursos, no intuito de garantir a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no país.

Na esfera da Cooperação Internacional, o Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, teve relevo político com a promulgação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República portuguesa.

¹ O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada no dia 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.516, regida pela Lei 5.615, de 13 de outubro de 1970, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira.

No âmbito da cooperação internacional e do intercâmbio cultural, científico e educacional, o Brasil apresenta uma nova fisionomia mediante a promulgação da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

As normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, ainda em processo, aguarda homologação.²

A Diretoria de Relações Internacionais da Capes assumiu papel importante no desenvolvimento das atividades relacionadas à cooperação internacional, referente à pós-graduação no Brasil, nas áreas educacional, científica e tecnológica, como registram as normas e procedimentos dos programas, através das informações disponíveis no sítio da Capes.

3. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

No atual contexto da sociedade do conhecimento e da globalização econômica, novas capacidades multifuncionais são exigidas dos estudantes e profissionais para atuação em espaços multiculturais. Tem-se pensado em diversos tipos de atividades que permitam a inclusão do fazer internacional e intercultural, no ambiente acadêmico, motivando a interação entre a comunidade acadêmica, local e internacional, dentro e fora dos espaços de aula.

Em 1992, Harari publica o capítulo *The internationalization of the curriculum* (IoC), marco teórico sobre a temática apresentada, reconhecendo o currículo como base para a internacionalização da educação superior, objetivando o desenvolvimento de cidadãos globais, com alto nível de competência intercultural. Nessa perspectiva, Knight (2005, p. 21) reafirma a internacionalização da educação superior como um “[...] processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global sobre os objetivos, ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços de uma universidade ou de um sistema de ensino superior”.

² Ver mais PARECER CNE/CES nº 56/2015.

Já em Trujillo (2013), destacamos as três fases do processo de internacionalização da educação superior no Brasil.

Inicialmente, este autor destaca as décadas de 1930 e 1950, quando os programas de cooperação acadêmica tinham como prioridade as missões que traziam professores visitantes, no intuito de fortalecer as universidades já existentes e promover a consolidação de novas universidades. Em seguida, é digno de nota, nas décadas de 1960 e 1970, o surgimento dos programas de bolsas de estudo para cursos de mestrado e doutorado, com a participação de agências de fomento, nacionais e internacionais. Nesse período, a internacionalização teve marcas ideológicas evidentes e a valorização dos Estados Unidos como principal destino. Por fim, importa sublinhar as décadas de 1980 e 1990, quando surgem os programas de cooperação acadêmica internacional, no intuito de estabelecer conexões com grupos de pesquisa, oportunizando relações com professores visitantes e bolsas para estudantes de doutorado. Nessa perspectiva, compreendemos o momento atual como uma fase de avaliação para a consolidação dos programas.

Outra dimensão importante a ser discutida é a internacionalização do currículo, ora pela oferta de disciplinas em língua estrangeira, ora de atividades de pesquisa e extensão, com vistas a favorecer a mobilidade acadêmica. Entretanto, estima-se quantificar os resultados dessas ações de forma a contribuir com o conhecimento científico, econômico e tecnológico. A mobilidade acadêmica internacional foi relevante para a consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, quando qualificou profissionais capazes de atuar no ensino superior. Atualmente, a participação do Brasil em organismos internacionais possibilita relações de reciprocidade para o desenvolvimento de outros países, através de acordos de cooperação técnica internacional.

A UNESCO (2004) ressalta que o processo de internacionalização das universidades gera implicações econômicas, sociais, políticas e culturais para o ensino superior, destacando a atuação da International Association of Universities (IAU), organização filiada à UNESCO, para atuação em fórum global sobre conceitos e práticas de interesse comum a Instituições de Ensino

Superior (IES). Outros órgãos possuem papel importante no processo de internacionalização, a exemplo do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

Para compreender, do ponto de vista teórico, a internacionalização faz-se necessário caracterizar a tipologia dos atos internacionais, bem como seu desmembramento no âmbito da educação.

O ato internacional é um instrumento da política externa pelo qual uma pessoa de Direito Internacional Público assume obrigações e adquire direitos sobre determinada matéria perante a outro sujeito de direito internacional.³ Tais atos internacionais brasileiros configuram distintos tipos:

- Tratados, que são atos bilaterais e multilaterais, pelos quais a prática brasileira deseja atribuir especial relevância e solenidade;
- Convenções, similares aos tratados quanto à forma e às características técnicas, diferem no seu conteúdo, destacando os atos de caráter multilateral oriundos de conferências internacionais, que versam sobre assuntos de interesse geral;
- Acordos, utilizados em negociações bilaterais de natureza política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica, admitem diversos desdobramentos, a exemplo do Acordo Básico, Acordo por troca de Notas ou Notas reversais e os Acordos de Sede Atos;
- Ajustes Complementares, que normatizam a execução, detalhando áreas de entendimento específicas e formas de implementação;
- Memorandos de Entendimento, atos de forma bastante simplificada destinados a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as partes, em particular nos planos político, econômico, cultural, científico e educacional.
- Protocolos, usados nas mais diversas acepções, tanto no âmbito bilateral como multilateral, designam acordos menos formais que os tratados, ou acordos complementares de um tratado ou convenção, ou ainda acordos interpretativos de ato anterior;

³ VER MAIS - ATOS INTERNACIONAIS PRÁTICA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA MANUAL DE PROCEDIMENTOS, Brasília, 2010.

- Convênios interinstitucionais, celebrados entre ministérios, agências governamentais e outras entidades públicas, não constituem atos internacionais.

Observa-se que, no âmbito da educação, na maioria dos casos, são realizados acordos em forma simplificada, com fundamento no Art. 84, inciso VII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), visando à cooperação cultural e educacional, bem como destinados a regulamentar a realização de eventos internacionais em território brasileiro. Nesse sentido, são realizados acordos de cooperação internacional que possibilitam a internacionalização do currículo, a criação de programas de intercâmbio entre estudantes e professores e a participação em projetos de pesquisa internacionais.

Segundo Hawawini (2011, p. 13-17)⁴, os programas de intercâmbio caracterizam-se por diferentes modos de organização:

- **modelo de importação** – captação de estudantes, professores e funcionários de todo o mundo para o campus de uma instituição ou para um país, com o maior número possível de nacionalidades, representadas nos seus programas, na faculdade, na administração e no corpo diretivo;
- **modelo de exportação** – as instituições ou países enviam seus estudantes ao estrangeiro mediante acordos de intercâmbio com instituições de ensino superior estrangeiras, ou oferecem programas no exterior;
- **acadêmicos Joint-Ventures** – programas de intercâmbio para estudantes de cursos de graduação ou de pós-graduação nos quais os alunos têm a possibilidade de passar algum tempo em uma instituição estrangeira, podendo, eventualmente, esse procedimento evoluir para empreendimentos acadêmicos, em que instituições localizadas em diferentes países concebem e executam programas conjuntos, com os estudantes podendo receber dupla titulação, um grau coassinado único

⁴ Tradução livre.

ou dois graus separados, um de cada uma das instituições envolvidas no programa conjunto;

- **parcerias acadêmicas, alianças e consórcios** – quando duas ou mais instituições de ensino superior formam parcerias internacionais mais amplas, comprometendo-se a colaborar em diversas iniciativas (intercâmbio de estudantes e docentes, programas de pesquisa, etc.);
- **campi no estrangeiro** – significa um avanço no processo de internacionalização, pois a instituição estende sua presença física ao exterior, com professores e funcionários temporários ou permanentes, fixados no local.

Na esteira dos modos de organização, é digna de nota a mobilidade docente e discente em busca da produção e socialização do conhecimento. Um processo histórico, crescente, e que tem mobilizado pesquisadores de diferentes continentes do mundo. Do ponto de vista acadêmico, tem oportunizado a ampliação da Pós-Graduação *stricto sensu* e o apoio à pesquisa e sua expansão, com o envolvimento de diferentes interesses e ministérios federais, a exemplo da Educação, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia.

4. ACORDOS E EFETIVIDADE DA UNEB

A Uneb foi criada em junho de 1983, assumindo a multicampia como referência, sendo uma instituição, mantida pelo Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Educação, que teve sua autorização de funcionamento pelo Governo Federal através do Decreto nº 92.937, de 17 de julho de 1986. O atual contexto da UNEB permite referenciar que a instituição é uma das maiores universidades do Brasil, em número de matrículas e a maior instituição pública de ensino superior da Bahia, segundo censo da educação superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Fialho (2005) pondera as implicações causadas pelo modelo multicampi, do ponto de vista da gestão, considerando seu posicionamento geográfico no contexto urbano e social, a distribuição do corpo docente, a comunicação entre

os seus diferenciados espaços, a dinâmica de funcionamento, bem como a vivência entre os membros da comunidade acadêmica. Sendo assim, esse modelo apresenta relações similares ao sentido de internacionalização, através do rompimento das barreiras de tempo e espaço para a construção do conhecimento científico, via produção de pesquisas, ciência e tecnologia.

Vale ressaltar, que a pós-graduação na Uneb não cresceu na mesma proporção da graduação. Em meados da década de 1990, a Universidade implanta os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*. Já em 2001, houve a implantação do primeiro curso de mestrado, através do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, PPGEduc, e, em 2009, o programa implantou o curso em nível de doutorado. Atualmente, a Uneb possui dezessete programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que o programa em Difusão do Conhecimento é multi-institucional e oferta cursos de doutorado em parceria com outras instituições. A figura 1, a seguir, apresenta o mapa de localização dos Programas de Pós-graduação da Uneb, disponibilizado no governo eletrônico da Universidade.

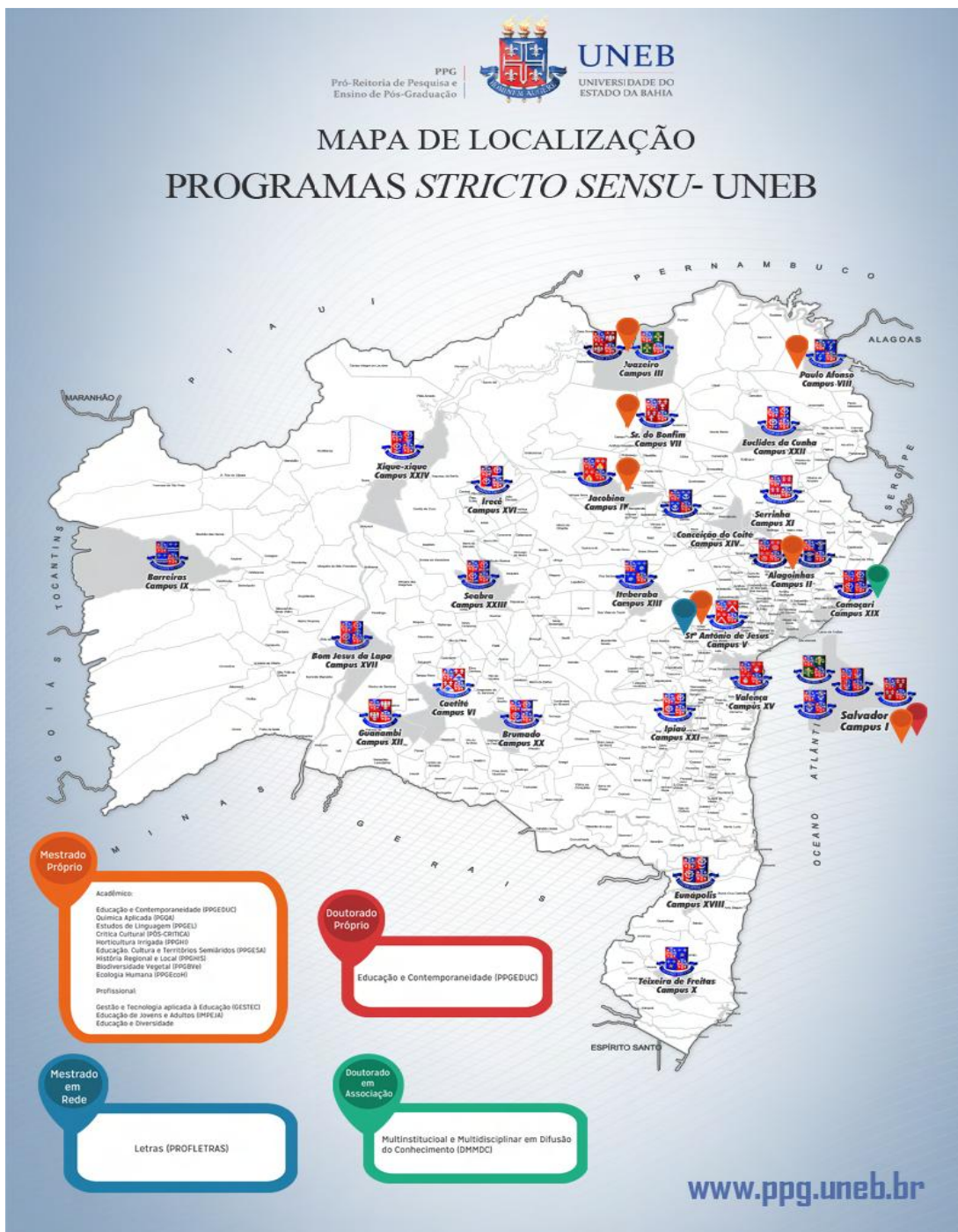


Figura 1 – Mapa com a localização dos programas de Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.ppg.uneb.br/wp-content/uploads/mapa-uneb-pos-graduacao.pdf>>.

Do ponto de vista da gestão universitária, o quadro relativo ao processo de internacionalização revela-se ainda precário, com flagrante falta de estrutura técnico-administrativa e diminuto quadro de pessoal. O tratamento acerca da Internacionalização, nas suas diversas modalidades, conta a partir do ano de 2013, com a Secretaria de Relações Internacionais (Serint).⁵

O diagnóstico inicial dos documentos estudados aponta que os dados referentes aos acordos de cooperação internacional oferecidos pela administração central da Universidade revelam divergências com as informações disponíveis na página oficial da Serint. Ainda assim, é possível ver, no gráfico 1, a seguir, o escopo de atuação da Serint, com a apresentação dos países que possuem acordos de cooperação com a Uneb.

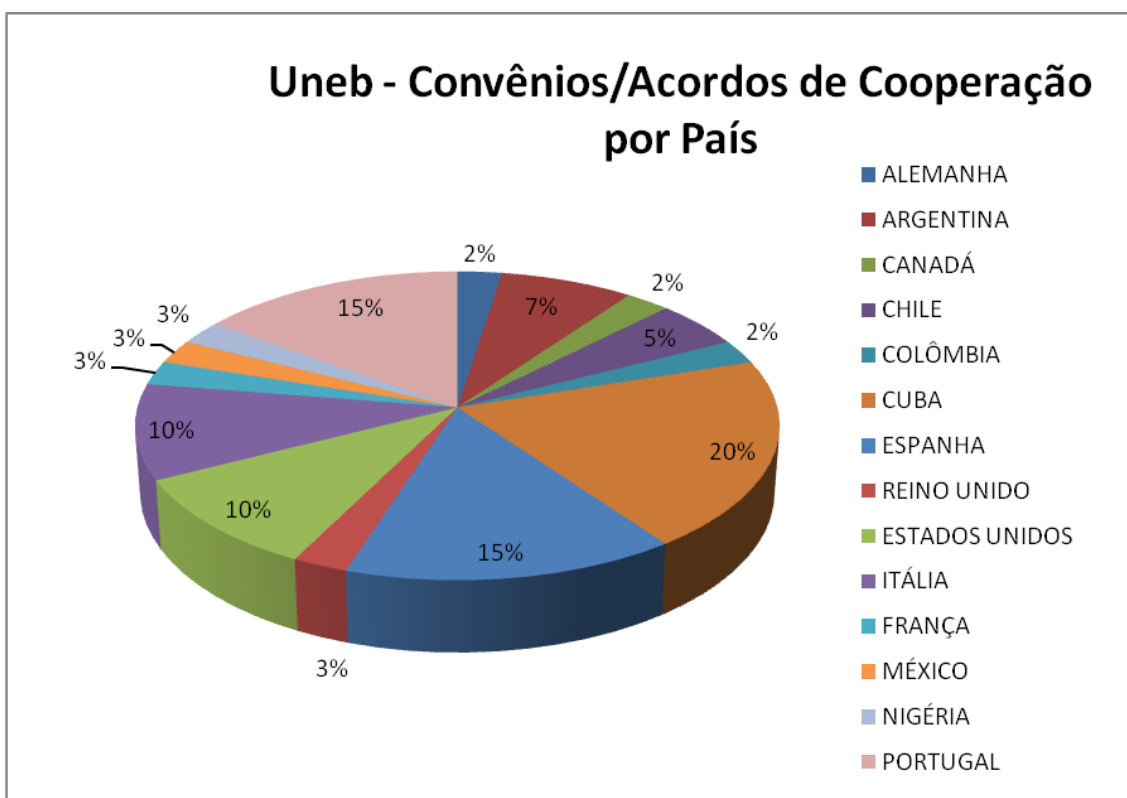


Gráfico 1 – Percentual de Acordos de Cooperação com a Uneb, por País. Imagem elaborada pelos autores. Fonte: Serint, 2016.

Ao buscar mais informações sobre a participação da Uneb no processo de internacionalização, é possível observar iniciativas de acordos de cooperação

⁵ Secretaria Especial de Relações Internacionais da UNEB foi criada em 2014 com o intuito de assessorar o Gabinete da Reitoria e difundir informações sobre as ações de cooperação internacional com outras entidades universitárias.

internacional, atividades de mobilidade acadêmica e missões científicas. Sobre os acordos de cooperação internacional, o gráfico 1 ilustra a cooperação protocolar com 14 países, em diferentes universidades.

Nos países relacionados, os acordos expressam diferentes interesses científicos e tecnológicos. Na Europa, por exemplo, a Uneb conta com acordos com a Alemanha, Itália, Espanha e Portugal. Esses acordos envolvem a cooperação entre as instituições, para promover atividades acadêmicas, científicas e culturais, destacando o projeto intitulado: As políticas de educação e a reestruturação da profissão docente confrontadas aos desafios da globalização. Na Alemanha, a cooperação está vinculada à Universidade de Hohenheim. Na Itália, existem convênios firmados com a Universidade de Bolonha, a Universidade dos Estudos de Florença, a Universidade de Módena Reggio Emilia e a Universidade Degli Studi di Pádova. Na Espanha, a Universidade de Barcelona, a Universidade de Málaga, a Universidade das Ilhas Baleares e a Universidade Politécnica da Catalunha. No Reino Unido, há convênio com a London South Bank Universidade. Na França, com a Universidade de Strasburgo. Em Portugal, existem convênios com a Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra, o Instituto Camões, a Universidade de Lisboa, a Universidade do Minho e a Universidade do Porto.

No continente africano, consta um acordo com a Nigéria, a partir do convênio com a Universidade do Estado de Kwara, envolvendo uma cooperação entre as instituições, com vistas a promover atividades acadêmicas, científicas, culturais, tecnológicas e de inovação, com o compartilhamento de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos e ações.

Já nas Américas, os protocolos visam os interesses já mencionados e envolvem as seguintes instituições, por país: Universidade Nacional de La Plata, Universidade Nacional del Nordeste e Universidade de Buenos Aires (Argentina); Universidade de Antioquia (Colômbia); Universidade Western Illinois, Universidade Clafin, Universidade da Flórida – Instituto de Alimentos e Ciências Agrárias e Universidade Southern (Estados Unidos); Universidade de Santiago de Chile e Pontifícia Universidade Católica

de Valparaíso (Chile); Universidade Autónoma de Guadalajara (México); Royal Roads Universidade (Canadá). Chama a atenção o número de acordos com Cuba, que perfazem o total de oito acordos, conforme a tabela 1, a seguir.

País	Universidade	Região
CUBA	Universidade de Artemisia	Artemisa
	Universidade de Camaguey	Camaguey
	Universidade de Holguin	Holguin
	Universidade Agraria de Havana	Havana
	Instituto Superior de Tecnologias e Ciências Aplicadas (InSTEC)	
	Universidade de Havana	
	Universidade de Matanzas	Matanzas
	Universidade de Pinar del Rio	Pinar del Rio

Tabela 1 – Acordos de Cooperação Internacional entre a Uneb e Cuba. Fonte: Serint, 2016; elaboração dos autores.

Diante do diagnóstico dos acordos apresentados, entende-se que existem muitas possibilidades de ações para fomentar a incorporação de dimensões internacionais e interculturais entre as comunidades citadas e a comunidade unebiana e um universo a ser explorado dada as características plurais da universidade em foco. Entretanto, percebe-se, ainda, a necessidade de preencher possíveis lacunas do ponto de vista da gestão, incluindo os aspectos ambientais, os aspectos de educação e saúde, bem como de ciência e tecnologia. Parte da falta de efetividade dos acordos decorre de fragilidades no registro de informações, ações intermitentes de acompanhamento, comunicação episódica e superficial e instruções normativas precárias.

Os limites são agravados pelo número de cotas de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes que são diminutos, mesmo sendo um programa de grande relevância acadêmica para formação de recursos humanos de alto nível.

Outros incentivos financeiros para apoiar os pesquisadores dos programas *stricto sensu* da Uneb são as missões científicas, os intercâmbios e a

participação em eventos em instituições estrangeiras, que podem ser pleiteados através dos seguintes programas: o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP),⁶ mas que, no ano de 2014, suspendeu o repasse de recursos; e o Programa de Apoio aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Propós):⁷ além de recursos disponíveis através de Editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Esse cenário inviabiliza várias propostas de ação de internacionalização, considerando o alto dispêndio financeiro para a realização de tais ações e o baixo repasse do Governo.

Em relação ao PDSE, até o presente momento, nove estudantes do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) foram contemplados com a bolsa, através de cooperação com Universidades dos Estados Unidos, França, Espanha e Portugal. No mesmo Programa, outros sete estudantes realizaram o doutorado sanduíche com recursos próprios, sendo três em instituições estrangeiras e quatro em instituições nacionais.

A ação de cotutela articula-se aos programas de pós-graduação, em duas Universidades, com dupla orientação e dupla diplomação, no final de sua formação. Nesse sentido, o acordo de cotutela com instituições estrangeiras valoriza a diversidade cultural, o contexto de aprendizagem e o compartilhamento de experiências, enriquecendo a pesquisa e a formação do sujeito. Não há registro do total de estudantes que obtiveram essa formação na Uneb. Sabe-se, no entanto, do registro de cotutela na Uneb foi em 2011, através do PPGEduC, com uma estudante de doutorado, em cooperação com a Lumiere Universidade Lyon 2, na França. Outros dois estudantes passaram pela mesma formação, não existindo o registro formal dessas atividades no setor responsável pelas ações de internacionalização da Universidade. Atualmente, há dois acordos de cotutela em curso no âmbito do PPGEduC: na Itália, junto à Universidade de Padova, e, na França, com a Universidade de Paris 8.

⁶ Portaria CAPES nº 64, de 24 de março de 2010.

⁷ Programa institucional utilizando os recursos repassados pelo Estado para a Universidade, para o atendimento de demandas programadas, dentre as quais, deslocamento de docentes e discentes para participação em eventos, custeio e investimentos de outras naturezas.

No quadro de missões informado pela Serint, até o mês de julho de 2016, foram realizadas sete missões oficiais, entre Portugal, Cuba, Canadá e Reino Unido. No entanto, dado ao registro precário das missões e a ausência de relatórios acadêmicos em nível de pós-graduação, disponíveis na Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa de Pós-graduação (PPG) da Instituição, fica evidente que as visitas se caracterizam muito mais por assinatura de acordos protocolares do que missões propriamente ditas.

Sobre as cotas para estrangeiros, foi possível identificar apenas quatro ingressantes de matrícula regular, um Pós-doutorado⁸ e quatro ingressantes em matrícula especial, no PPGEduC, desde o ano de 2012. Esse registro reflete o baixo incentivo da Universidade como instituição de destino acadêmico para estrangeiros, mesmo considerando o quantitativo de acordos internacionais.

5. DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Os acordos internacionais devem ser vistos como uma oportunidade para a expansão do diálogo científico, evidenciando a importância da produção e da socialização do conhecimento. Nesse contexto, a internacionalização da educação superior constitui-se em alternativa capaz de alargar o fazer investigativo, desenvolver competência técnica e experiências culturais.

Ao concluir a primeira etapa do presente estudo, ficou evidente a necessidade de aprofundar o tema e rever o caminho trilhado pela instituição aqui avaliada, levando em consideração o processo público de acreditação e seu consequente impacto nas relações bilaterais entre as Universidades, bem como na formação crítica dos pesquisadores brasileiros e dos pesquisadores estrangeiros que reconhecem o Brasil como um *locus* para suas respectivas interlocuções científicas.

⁸ Possibilita ao pesquisador a capacitação e a atualização de seus conhecimentos por meio de estágio e do desenvolvimento de projeto com conteúdo científico ou tecnológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPg-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CLIFFORD, Valerie A. ***Exploring Internationalization of the curriculum through the lens of global citizenship***. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudo analítico da legislação vigente sobre os acordos de cooperação internacional, assinados pelo Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13942-produto-1-revalidacao-diplomas-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudo analítico e sistematização de experiências que assegurem a mobilidade de estudantes brasileiros e estrangeiros no processo de integração e cooperação técnica e acadêmica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13943-produto-2-revalidacao-diplomas-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.881-A de 06/12/65, Brasília, DF: Senado Federal.

Decreto Nº 92.937, de 17 de julho de 1986. **Autoriza o funcionamento da Universidade do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92937-17-julho-1986-442927-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

FIALHO, Nadia Hage. **A dimensão espacial do modelo universitário**. In: Universidade Multicampi. 2000. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

FIALHO, Nadia Hage. **Multicampia e desenvolvimento: o campus universitário e a cidade do interior**. Cadernos do NUPE, Salvador, A.1, n. 1 e 2, jul./dez. 2001.

HAWAWINI, Gabriel. ***The internalization of higher educations institutions: a critical review and a radical proposal***. 2011.

KNIGHT, Jane. Modele d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: Banque Mondial/OCDE. **L'enseignement supérieur**

en Amerique Latine – la dimension international. Paris: OCDE, 2005. p.11-47.

MOROSINI, M.C. **Internacionalização da Educação Superior e Qualidade.** Inovações e qualidade na Universidade/ Jorge Nicolas Audy, Marília Costa Morosini(ORG.).Porto Alegre: EDIPUCRS,2008.640 p.

SERPRO. **Atos Internacionais – Prática Diplomática Brasileira – Manual de Procedimentos.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica>>. Acesso em: 20 ago.2016.

TRUJILLO, Albeiro Mejia. **Estudo analítico da legislação vigente sobre os acordos de cooperação internacional, assinados pelo Brasil; bem como suas implicações no atual cenário da mobilidade acadêmica com outros países.** Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13942-produto-1-revalidacao-diplomas-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 set. 2016.

UNESCO. **Higher education in a globalized society.** Paris: UNESCO, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001362/136247e.pdf>. Acesso em 09 out. 2016.